

APONTAMENTOS SOBRE O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

LEONARDO DORNELES GONÇALVES¹;
CONCEIÇÃO PALUDO³

¹Universidade Federal de Pelotas – dorneles05@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – c.paludo@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta uma retomada histórica do ensino médio no Brasil, considerando as principais mudanças políticas desde o período colonial até os dias atuais, após a Constituição Federal de 1988. O texto constitui parte importante dos estudos que compõem projeto de doutoramento que busca analisar a implantação do Ensino Médio Politécnico na região de Rio Grande-RS, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, por meio do qual busca-se explicitar as contradições inerentes a proposta de Politecnia para o Ensino Médio no RS, bem como pensar possibilidades, mesmo que limitadas, para avanços na direção de sua superação.

Para que seja possível uma interpretação acerca do Ensino Médio Politécnico faz-se necessário elucidar seu desenvolvimento e a sua trajetória histórica no Brasil, procurando compreender as formas que este nível assumiu em diferentes períodos e com quem (classes, grupos sociais) esteve comprometido. Parece-nos incompleta a análise das políticas educacionais atuais para este nível, sem que haja conhecimento histórico elaborado.

Como o texto tem características eminentemente históricas, valemo-nos dos autores que compõem o campo da História da Educação e das Políticas Educacionais, principalmente aqueles que se filiam a perspectiva da crítica radical ao capitalismo e a conformação que o modelo gera à educação. Entre eles: CURY (1998); FRIGOTTO (2001); LEHER (2012); FARIA FILHO, KUENZER, MACHADO, VECHIA, SANFELICE (2010); SAVIANI (2006), entre outros.

2. METODOLOGIA

Para elaboração do estudo utilizamos basicamente a metodologia da pesquisa bibliográfica, pela qual, num primeiro momento, realizamos o levantamento das principais fontes – livros, autores – que tratam da temática. Após seleção que considerou critérios especificamente orientados pela perspectiva teórica, que é o Materialismo Histórico Dialético, desenvolvemos a análise dos materiais, a fim de constituir um apanhado histórico levando em conta os principais acontecimentos que envolveram o ensino médio no Brasil. Tal itinerário ofereceu os subsídios necessários para elaboração do texto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A constituição histórica dos processos sociais no país, dentre os quais se encontra o Ensino Médio demonstrou que, por alguns séculos, a instrução oferecida pelo Estado, seja no período Colonial ou Imperial, buscou, em linhas gerais, a formação das elites, principalmente se considerarmos que este período de nossa história foi marcado pela existência de mão de obra escrava, que não levava em conta o aperfeiçoamento para a força de trabalho; uma economia basicamente agroexportadora, exigindo pouca qualificação, e um Estado cuja

função precípua era legitimar a expropriação de recursos, como forma de enriquecimento econômico da coroa portuguesa.

Devido alterações na correlação de forças das últimas décadas do século XIX, entre as quais citamos o movimento abolicionista, que fora apoiado por parte da elite como estratégia para aprimoramento da produtividade agrícola, descontentamento dos militares com a monarquia e a introdução de um novo tipo de mão de obra mais qualificada e complexa, efeito do fluxo migratório organizado na segunda metade do século XIX; o enfraquecimento da relação entre Igreja e Estado, causado pelas divergências de interesses no que se refere ao poder material, principalmente a disputa pela posse de terras; e o movimento de renovação intelectual, por meio da introdução das idéias iluministas no campo político, acelerou-se a instauração da República, proclamada em 1889. Também é no século XIX que aconteceram as primeiras experiências em relação ao Ensino Médio escolar propriamente dito, as quais foram caracterizadas pelo viés propedêutico, com fins ao Ensino Superior e, portanto, elitista, ainda que seja oferecido pelo Estado, sendo, por isso, público.

As décadas iniciais da República forma marcadas por embates e conflitos entre grupos sociais sustentados por diferentes interesses, a fim de tornar suas ideias hegemônicas em uma nova e incipiente configuração política, se comparada aos períodos Colonial e Imperial. Podemos dizer que dois grupos disputaram o consenso social naquele período: os setores ligados ao modelo agroexportador que sustentavam que a vocação econômica do país estava fundada em sua capacidade de produção agrícola e os grupos emergentes, ligados à produção da vida urbano-industrial, ainda em formação neste período. Há que se dizer, também, que industrialização combinada com a aceleração de um modelo urbano e a formação de centros industriais em torno das grandes cidades, apresentou as bases para a exigência de uma educação dualista que demarca até hoje a história do Ensino Médio brasileiro. Em outras palavras, com a ascensão da indústria se tornou evidente a necessidade do aprimoramento da força de trabalho, passando a existir, de modo estrutural, dois modelos para a educação da juventude: um para formação da classe dirigente, Ensino Médio, que prepara para o ingresso na Universidade e outro para formar os trabalhadores, Ensino Técnico para subsidiar o mercado de trabalho.

Este modelo dualista se explicitou com veemência ainda na primeira metade do Século XX, tendo por base importantes reformas educacionais assumidas pelo Estado, a partir de um ideário nacional-desenvolvimentista, se considerarmos o período em que Getúlio Vargas foi Presidente da República, mas, também, de um pensamento cientificista e um otimismo pedagógico, que buscou equiparar a educação brasileira aquela existente nos países europeus e mesmo nos Estados Unidos (EUA). Sobre isso, a expressão máxima do pensamento renovador foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, o qual serviu como suporte tanto para a formulação do conjunto de leis adotadas, quanto para a consolidação de uma educação pública e laica, ainda que combinada com a criação das escolas profissionalizantes, cuja orientação foi, em larga escala, o pacto entre as oligarquias agrárias e a burguesia industrial emergente, acentuando notoriamente o dualismo. As mudanças decorrentes das políticas deste período constituirão as condições necessárias para a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Os anos que seguiram, acometidos pela intervenção da ditadura civil militar (1964-1985), apresentaram uma reorganização do papel do Estado em consonância aos interesses econômicos e políticos do período. As políticas educacionais sofreram influencia ideológica da burguesia nacional e dos militares

os quais, por sua vez, assumiram o posicionamento macro-político-econômico norte americano (EUA), num contexto de guerra fria, onde a educação passou a ter um papel fundamental na formação das ideias sobre o regime. A relação de um modelo econômico dependente dos países de ponta, de base capitalista, com a necessidade do fortalecimento do projeto de “modernização conservadora” (CURY, 1998 p. 79) exigiu da educação uma nova estrutura organizacional, principalmente para a formação técnico-profissionalizante de nível médio, onde foram expressas as influências da Teoria do Capital Humano como orientação hegemônica das políticas educacionais. A inflexão do projeto ditatorial em detrimento da necessidade de redemocratização imposta pela classe dominante, apesar de elucidar o debate em todas as dimensões da vida social, acabou sendo uma estratégia de revigoramento do modelo econômico já sob a orientação neoliberal, o que exigiu mudanças educacionais que ora atendem as organizações sociais de cunho progressistas, ora assumem o caráter conservador próprio das elites. Como consequência, a aprovação da Constituição Federal de 1988, ainda que apresente inúmeros limites na ótica da classe trabalhadora, representou um avanço no campo educacional, pois foi promulgada em Estado de Direito, reafirmando a relação entre educação e democracia e assinalando, no caso do Ensino Médio, a gratuidade e progressiva obrigatoriedade (CURY, 1998 p. 80).

Nas últimas décadas, temos acompanhado inúmeras mudanças no campo das políticas educativas, todas elas alinhadas pelas alterações no Mundo do Trabalho, as quais assumem a reconfiguração do padrão de acumulação do Capital, a chamada Reestruturação Produtiva. Essas alterações introduzem uma série de exigências à Educação, como a extinção de um formato que prepara exclusivamente especialistas, próprio do modelo fordista, exigindo uma formação ampla e combinada com o ensino técnico. Mecanismos e conceitos de mercado são incorporados nas ações governamentais em relação à Educação, como o ajuste do financiamento para garantia de eficiência, qualidade, produtividade, bem como a flexibilização das competências, quando “novos” atores passam a fazer parte do cenário educativo. A racionalidade privatista, o “comunitarismo”, voluntarismo e “gerencialismo”, em busca do cumprimento de metas estabelecidas por organismos multilaterais, passam a vigorar como políticas públicas, enquanto conseqüentes medidas necessárias para tentar superar a crise do capital. E, neste contexto, o Ensino Médio permanece um campo de acirradas disputas, as quais refletem nas políticas públicas a dualidade histórica entre os interesses da burguesia e dos trabalhadores, expressão aparente da contradição estrutural entre Trabalho e Capital, ainda que haja um esforço ideológico para subsumir tal contradição.

4. CONCLUSÕES

Considerando que as políticas educacionais que envolveram o ensino médio ao longo da história estiveram combinadas, via de regra, com as exigências econômicas da classe dominante que ora é formada pela presença colonial expropriadora, ora pelos industriais e nunca desarticulada dos interesses do capital internacional, interessa-nos dizer que, se houver inovação, esta consiste em tomar a análise deste nível de ensino em sua dimensão histórica, sem abandonar a dinâmica dos interesses das classes sociais constituídas no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Capítulo de livro

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução Elementar no Século XIX. In: VEIGA, C. G.; LOPES, E. M. T. FARIA FILHO, L. M. de (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 135-150

MACHADO, M. C. G. Estado e Políticas da Educação do Império Brasileiro. In: SAVIANI, D. **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 153-185.

SANFELICE, J. L. O Estado e a política educacional do regime militar. In: SAVIANI, D. **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 319-341.

SAVIANI, D. O Legado Educacional ao longo do Século XX brasileiro. In: SAVIANI, D. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006, p.09-57.

Artigo

CURY, C. R. J. O Ensino Médio no Brasil: Histórico e Perspectiva. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.27, n.1, p.73-84, 1998.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

KUENZER, A. Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: Superando a década perdida? **Educação e Sociedade**. Campinas, v.31, n.112, p.851-873, jul-set. 2010.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. In: **Revista Outubro**. 3ª Ed. 2012. p. 19-30.

Tese/Dissertação/Monografia

ARRIADA, E. **A educação secundária na província de São Pedro: o Liceu D. Afonso e o Ateneu Rio-Grandense (1846-1873)**. 2006. Qualificação de Tese. Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do RS.